

Eixo Temático 10 HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

COMPANHIA DE JESUS; CONSTITUIÇÃO DA PEDAGOGIA NAS TERRAS BRASÍLICAS.

OLIVEIRA, Fábio Falcão
Faculdade de Conchas/FACON
Atelc_off@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como finalidade entender a constituição da Companhia de Jesus no Brasil. Percebendo que esta investida teve como finalidade apoiar El-Rei de Portugal na colonização. O propósito evangélico destacado no texto só foi eficaz porque os jesuítas propuseram uma forma de pedagogia que promovesse a propagação da cultura portuguesa. Manuel da Nóbrega, indicado para vir ao Brasil, pela Companhia de Jesus e por El-Rei de Portugal, inicia a investida catequética perspectivando favorecer a colonização por via da prática cristã. Por fim, entender a proposta colonial vinculada aos jesuítas é perceber que esta forma de ver o mundo tinha por base a pedagogia.

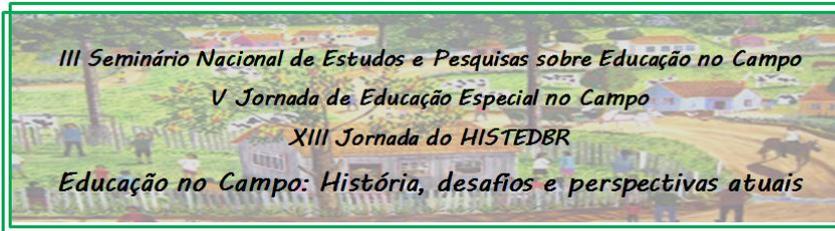
Palavras Chaves: Nóbrega, El-Rei, Pedagogia, Companhia de Jesus e colônia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade partir do Concílio Ecumênico de Trento (1545 – 1563) marcando o princípio da vinda dos jesuítas como investida para prática da evangelização. Tentando oferecer uma resposta a Reforma Protestante, a Companhia de Jesus, por via de Inácio de Loyola, manifesta o desejo de reabilitar a estrutura intelectual da Igreja.

Para instaurar esta reabilitação, Inácio de Loyola teve apoio de Diogo Gouveia que em carta para D. João III, Rei de Portugal, mostrou ao reino de Portugal a importância da Companhia de Jesus no projeto catequético. D. João III olha com boa índole a iniciativa de Diogo Gouveia e Inácio de Loyola aprova esta investida que no futuro servirá como apoio para ajudar o reino de Portugal na colonização.

Se pensarmos em história da educação devemos ter em mente que a prática evangélica dos Jesuítas lavou a uma *práxis* pedagógica em terras distantes. O protestantismo avançava na Europa do século XVI levando os jesuítas a uma investida global: exercício que induziu a Companhia perceber o mundo em sua volta. Mas nem



por isso deixaram de estabelecer um ciclo cultural que valorizasse a sociedade portuguesa.

Manuel da Nóbrega e seus companheiros conseguiram fazer da evangelização uma forma de pedagogia que instaurou uma práxis *pedagógica*. Uma *práxis pedagógica* em terras brasileiras que acabou formando uma maneira de ver o mundo. Cria-se um desejo, não apenas de fazer missão, mas de abrir colégios para apoiar o Rei de Portugal.

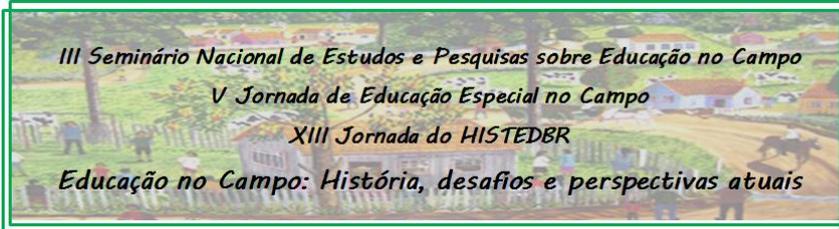
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: EVANGELIZAR NAS TERRAS COLONIAIS NO SÉCULO XVI.

Evangelização é uma palavra que se apresenta de maneira forte no seio da Companhia de Jesus. E no *Concílio Ecumênico de Trento* (1545-1563) esta palavra aparece, ao longo de suas sessões, demonstrando pontos doutrinários de valorização litúrgica da Igreja de Roma em prol da evangelização; são pontos importantes para definir a mística da salvação por via da perfeita evangelização no século XVI.

Havia uma resposta à Reforma protestante que levou, antes mesmo do Concílio Trento, Inácio de Loyola a investir, em Paris (1534), uma militância “contra o humanismo (protestante) sem piedade” (CALMON, vol I, 1959, p. 218). O Concílio de Trento levou a ideia de formação e de reabilitação, dos clérigos, à cristandade. Essa reabilitação dava-se pela formação dos colégios que, no futuro, assumiriam uma importância capital para os jesuítas.

Essa base de formação para a reabilitação da Igreja levou a Companhia de Jesus a buscar uma frente que promovesse um embate intelectual contra a Reforma protestante. Segundo Bettini (2006, p. 17), a “Companhia de Jesus foi criada para combater a reforma protestante dirigida por Lutero e Calvino”, mas tomou outra forma catequética, ou melhor, educativa.

Essa forma catequética, que assume toda a estrutura da Companhia de Jesus, é, claramente, influência da educação do colégio de Diogo de Gouveia sobre Inácio de Loyola. E foi a educação que recebeu nesse colégio, que o despertou para formar o projeto catequético: “que lhe despertou a intuição de que era a hora de uma diferente cruzada” (CALMON, vol I, 1959, p. 219).



Deve-se lembrar de que foi Diogo Gouveia, principal do colégio de Santa Bárbara e Reitor da Universidade de Paris, que, em carta a D. João III, Rei de Portugal, mostra a importância da “cruzada” que poderia ser promovida pelos jesuítas “antes mesmo da aprovação pelo Santo Padre da nova Ordem pela Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*¹, de 27 de setembro de 1540” (CALMON, vol I, 1959, p. 219).

Diogo Gouveia também enviou ao Papa Paulo III, um embaixador, cujo nome era D. Pedro Mascarenhas, que representou em Portugal os jesuítas. Ele explica a El-Rei D. João III que, para esse grande achado, deveria mandar às terras brasileiras homens letrados e mestres nas palavras que eram apoiados pelo Papa. Afirmando que os jesuítas eram a Ordem perfeita para esse desígnio, pois “sam homens propios pêra esta obra [...]. Elles sam todos sacerdotes e de muito exemplo e letrados e nom demandam nada” (GOUVEIA, 1956, p 94-95)².

A Diogo Gouveia deve-se a iniciativa das missões ultramarinas da Companhia de Jesus. Além de fazer política em Roma, escrever para D. João III, em 17 de fevereiro de 1538, convence-o do propósito evangélico e cultural nas terras brasileiras, também influenciou Inácio de Loyola, Simão Rodrigues, Pedro Fabro e outros irmãos que o acompanhavam para falarem do projeto evangelístico, conforme comenta Leite (vol I, 1956, p. 33), intermediando essa iniciativa missionária:

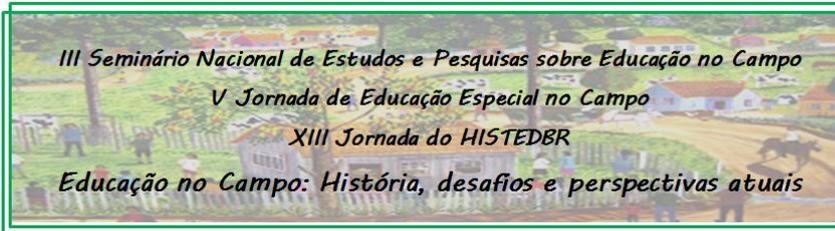
...e, antes desses dias, outra carta a Mestre Simão Rodrigues; e ainda deve ter escrito uma terceira carta, pouco antes de 23 de novembro desse mesmo ano, data da carta de Pedro Fabro. Mas destas três só se conhece a de 17 de Fevereiro...

Convencido, D. João III, por sua vez, mostra seu intento em colonizar as terras brasileiras, para isso, constata a necessidade de investir em homens de boa letra conforme aconselhou Diogo Gouveia; manifesta, também, sua pressa em apresentar a fé católica que converte os gentios (os índios) via evangelização:

(...) na imprensa da Índia e em todas as conquistas que eu tenho, e se sempre mantiveram com tantos perigos e trabalho despesas, foi

¹ Canonizada pelo Papa Paulo III, a Bula *Regimini Militantis Ecclesiae* (27 de setembro de 1540), admitiu e conferiu o reconhecimento da Ordem religiosa criada por Inácio de Loyola, que nasceu para apostolar no mundo secular.

² Neste texto quando fizemos citação iremos apresentar as mesmas conforme o original – além da paginação colocaremos na nota de rodapé o nome da carta que se encontra a passagem. “*Carta do Dr. Diogo Gouveia a D. João III Rei de Portugal, Paris 17 de fevereiro* [Paris, 17 de fevereiro de 1538]”, § 135-140.



sempre o acrescentamento de nossa fé católica, e por este se sofre tudo de tão boa vontade, eu sempre trabalhei por haver letrados e homens de bem em todas as partes que senhores, que principalmente façam este ofício, de pregação como de todo outro ensino necessário aos que novamente se convertem a fé³. (D. JOÃO III, 1956, p. 102)

Essa disposição, daqueles que pertenciam à Companhia, foi explicitada por Pedro Fabro, em 1538. O otimismo em evangelizar era uma característica da Companhia:

Todos nós, os que estamos mutuamente ligados nesta Companhia nos pusemos à disposição do Sumo Pontífice, como a senhor de toda a messe de Cristo; e com essa mostramos-lhe que estamos preparados para tudo quanto ele decidir de nós em Cristo; se, portanto, ele nos mandar para onde nos chamais, iremos com gosto; e a causa por que assim nos sujeitamos ao seu parecer e vontade (...). Não são as distâncias que nos metem medo nem o trabalho de aprender línguas: rogai-lhe, portanto, por nós, para que nos faça seus ministros na palavra da vida.⁴ (FABRO, 1956, p. 100)

Ministrar a palavra é estabelecer um diálogo com o outro. Isso aparece no documento principal da Companhia de Jesus, as *Normas Complementares*. Ela recomenda o diálogo como ferramenta de educar e evangelizar para se chegar ao reino de Deus. Diálogo como forma de aculturação, transformação das relações entre indivíduos, que possibilite a uma relação de confiança, respeito e simplicidade.

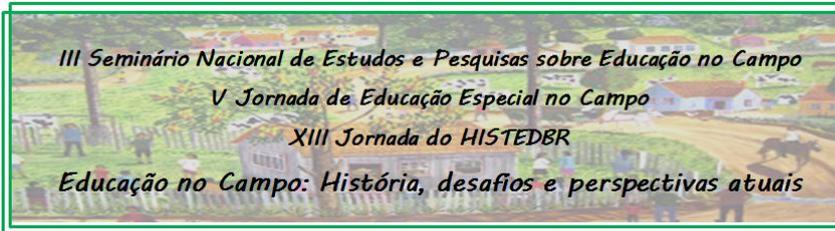
O diálogo é uma atividade com motivações, exigências e dignidade próprias, e nunca deveria converter-se numa tática para obter conversões, uma vez que a relação positiva com os fiéis de outras religiões é uma exigência em um mundo onde existe o pluralismo religioso.⁵ (CONST, 2004, p. 324)

Surge uma pedagogia pautada no *Ratio Studiorum* que se apresenta como ferramenta que possibilita a interação entre os indivíduos. Este outro documento da Companhia de Jesus entende o mundo numa racionalidade ao tratar aquilo que diz respeito à pedagogia, como: normas educativas, regras, didáticas de ensino e outras. Este documento apresenta uma maneira de ver o mundo onde um grupo de indivíduos,

³ “Carta de D. João III Rei de Portugal a D. Pedro Mascarenhas, Roma [Lisboa, 4 de Agosto de 1539]”, § 10.

⁴ “Carta do P. Pedro Fabro e Companheiros ao Dr. Diogo Gouveia, Paris”, § 10-15 [Roma, 23 de novembro de 1538]”.

⁵ *Normas complementares*, III, Parte VII, Cap. IV, 265 § 2.



integrados ao contexto colonial português cristão, que tinha por intento catequizar e apoiar a Coroa Portuguesa no seu projeto colonizador.

Sangenis (2004, p. 93) entende que os jesuítas “organizaram uma ampla ‘rede’ de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima”⁶.

Assim, os jesuítas estavam à “disposição do Sumo Pontífice”, condicionamento para apresentarem uma forma de ser, um lugar de origem cujo fundamento é causa de sujeição – “a causa por que assim nos sujeitamos ao seu parecer e vontade” (FABRO, 1956, p. 100) –, e o condicionamento para o trabalho sem “medo”, mostram o desprendimento de homens que, no século XVI, se apresentam como ministros de um ofício que visava, primeiramente, à catequese (evangelização).

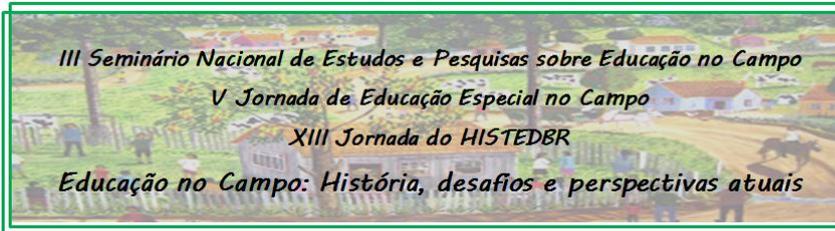
A palavra “catequese” vem do grego *κατήχησις* e do latim *catēchimus* (*ī*) e significa “instrução oral”. É daí que vem a palavra catecismo – do grego *κατηχεω* – com o significado de “repetir/ensinar” ou “instruir” (CUNHA, 1997). Nos dias atuais, a catequese é o ensino feito por um professor que ensina o aluno, presente na sala de aula. A palavra “catequese” usada pelos jesuítas remete ao mundo cristão que se apresenta na carta de *Gálatas* 6.6, significando “catequizando”, em consonância também com *Evangelho de Lucas* 1.4.

De qualquer forma, a palavra catequese exprime o “teor” da evangelização. E deve-se entender o que é a palavra evangelização. Segundo Gingrich e Danker (1993, p. 87), a palavra “evangelho” vem do grego *εὐάγγελος*⁷; tem sua variante ativa na palavra *εὐαγγελίζω*, que significa “trazer ou anunciar boas novas”, que se encontra em Lc 1.19 e Ap 14.6 ou “proclamar, pregar (o evangelho), evangelizar”⁸. Em sua forma passiva, ela pode ser traduzida por “ser evangelizado, receber a pregação das boas novas” em Mt 11.5; Hb 4.2, 6.

⁶Segundo Sangenis (2004, p. 93) em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia.

⁷ Segundo Strong (2002), existe outras vertente para a palavra grega *εὐαγγέλιον*. De qualquer forma, sobre mais informações sobre este tema, recomendamos a leitura do léxico citado.

⁸ Também aparece em Lc 4.43; At 13.32; Rm 15.20; I Co 15.1; II Co 10.16; Gl 1.11, 23; I Pe 1.12. Evangelho como sentido de “boas novas” (em grego *εὐαγγέλιον, ου, τό*) aparece nos capítulos de Mt 4.23; 26.13; Mc 1.1, 14, 15; 8.35; At 15.7; Rm 1.16; I Co 9.12, 18, 23; II Co 4.4; 11.7; Ef 6.15; Cl 1.5, 23; I Pe 4.17.



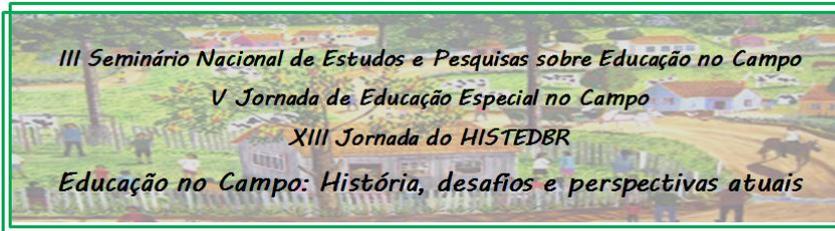
D. João III mostra interesse de enviar os jesuítas para a missão do Brasil para evangelizar⁹. Em um primeiro momento, pensou em enviar Simão Rodrigues, homem de confiança dele. Rodrigues, consultando Inácio, fundador da Companhia de Jesus, percebeu que este aprovaria o desejo do El-Rei desde que ele fosse, pessoalmente, à terra de Vera Cruz (LEITE, Tomo I, 1938).

Inácio queria, a princípio, que Simão Rodrigues levasse consigo dez ou doze irmãos da Companhia, em meados de janeiro de 1549. Porém, a morte do padre Martinho de Santa Cruz modificou os planos. Simão Rodrigues foi indicado para substituí-lo em Roma, e o padre Manuel da Nóbrega foi nomeado Procurador dos Pobres e indicado para vir ao Brasil, pela Companhia de Jesus e por El-Rei de Portugal.

Manuel da Nóbrega era visto como varão dotado de sabedoria e imensa gentileza. Oriundo de família pobre, foi criado na mística católica. Estudou na Universidade de Coimbra, aperfeiçoando-se em humanidades. Com o desejo de se formar fora de Portugal, foi até Salamanca. Progredindo, voltou a Portugal, para a Universidade de Coimbra, como aluno de Martim Azpilcueta Navarro, e continuou os estudos graduando-se bacharel em Cânones. Entrou na Companhia em 1544. Já especialista em Direito, nutria, em sua vida, uma maneira piedosa de viver.

Leite (1955, p. 51) descreve que Nóbrega ainda residia às margens do Minho (Sanfins), em Portugal, e foi avisado às pressas. Chegou a Lisboa e percebeu que Tomé de Sousa já ia de vela, ficando à espera do jesuíta na nau Provedor-mor (pouco depois passou para a do Governador-Geral). Com Grande armada de oito navios classificados como: três naus sob o seguinte comando: a capitania Conceição, do Governador-Geral Tomé de Sousa, a Salvador, do Provedor-mor António Cardoso e Barros e a Ajuda, de Duarte Lemos; duas caravelas: “Leoa e Rainha, sob o comando de Francisco da Silva e Pero Góis”, Capitão-mor da Costa do Brasil; “o bergantim São Roque e, ainda, duas naus ou caravelas, uma das quais Santiago”, na companhia de Tomé de Sousa, mas por “particular de Fernão de Álvares de Andrade”. Ao todo, “têm-se mais de 1.000 homens: 400 degredados e mais de 600 funcionários da administração civil e militar, soldados, oficiais, enfim, todo o tipo de gente para erguer uma cidade no meio do mato”.

⁹Segundo Leite (1955, p. 51) D João III queria que no Brasil houvesse padres da Companhia, consagrados à conversão dos gentios (índios) e essa nova missão, descrita pelo autor, já era de aprovação por Inácio de Loyola que visava primeiramente evangelizar.



A confirmação e a aceitação da Companhia de Jesus aconteceu em 1540 pelas Bulas Apostólicas *Regimini Militantis Ecclesiae* e *Exposcit debitum*^{10, 11}. A Companhia era pequena, porém, a Ordem dos Jesuítas obteve o bel-prazer do Rei D. João III, que os enviou, pois, os neófitos jesuítas mostravam-se capazes de divulgar a ambição colonizadora nas terras descobertas. Simão de Vasconcelos (1997, vol I, p. 169) destaca:

Porém como foi sempre timbre das traças divinas, com meios pequenos emprender causas grandes; tinha esta pequena Religião já nesta puerícia de sua idade corrido quase toda a circunferência do antigo mundo chamo-lhe antigo por distinção do novo, de que logo diremos: achava-se nas partes principais de Itália, tinha penetrado as Alemanhas, alta e baixa, as Gálias, as Espanhas, África, e Ásia, com muitos colégios, casas, e residências: umas feitas, outras começando; e todas com os felizes sucessos, e nove livros das *Crônicas Gerais* de nossa Companhia, escrita pelo Padre Nicolau Orlandino.

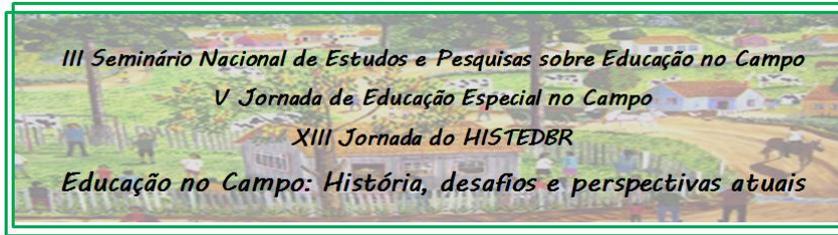
Em 1549, a Companhia de Jesus só tinha nove anos de fundação, mas o caráter da Ordem herdada por Inácio de Loyola manifestava o bojo de uma instituição que não deixava dúvida; tratar-se de uma “ordem” que não se limitava a estar, umbilicalmente, ligada a uma religião manifestando sua visão de mundo. A Companhia mostrava seu caráter criando uma empresa que proporcionasse uma ação catequética. A catequese que manifestava o padre Nóbrega, a partir de 1549, revelava a ambição colonizadora de uma Ordem que se sujeitava à Igreja e ao Reino de Portugal.

II – CONSTITUIÇÃO DA PEDAGOGIA NAS TERRAS BRASÍLICAS A FAVOR DE EL-REI

Essa relação de dependência entre El-Rei e a Igreja possibilitou encontrar meios para subsistência social da nação portuguesa. É disso que advém a prosperidade de Portugal. Nesse processo, o Rei tinha três elementos necessários: a força bélica, caracterizada pelo militarismo, uma boa marinha e a educação divulgada pelos jesuítas

¹⁰ Canonizada pelo Papa Júlio III em 21 de julho de 1550, onde percebe os benefícios da Companhia de Jesus. Esta *Carta Apostólica “EXPOSCIT DEBITUM [21 de julho de 1550]”*, se encontra nas *Normas Complementares (CONST, 2004, p. 36)*.

¹¹ Segundo Ferreira Junior (2007, p. 8) a carta *Regimini Militantis Ecclesiae* exprime basicamente três objetivos muito bem-definidos: “defender o Papa, reconverter os cristãos, particularmente os reformados, e evangelizar os chamados ‘povos bárbaros’ que habitavam os outros continentes”.



(nesse caso, de responsabilidade de Nóbrega). Esse último ponto era de suma importância para a estruturação cultural portuguesa nas terras brasileiras.

É em Portugal que o clero fora propugnador dos movimentos que asseguravam a independência do país (mestrados militares), as navegações (propagação da fé), e educação (os mosteiros abrigavam copistas, que, antes da imprensa, espalhavam o saber) (PRADO, 1935, p. 25).

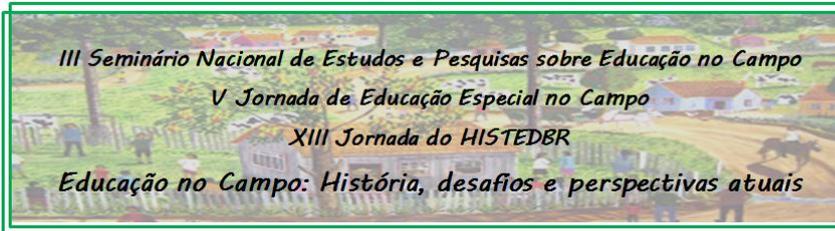
Percebe-se que, em um primeiro momento, a realidade colonial se põe como uma realidade religiosa, com Deus no lugar central, com o Rei, o governador, a nobreza, os juizes, os oficiais e outros em uma sintonia marcante que caracteriza o reino cristão. Por esse motivo, a relação Igreja/Estado deve ser vista primeiramente no contexto de uma sociedade religiosa e, segundo, como instituição distinta. E os jesuítas justificavam essa ação como um conjunto de relações que se desprendia na catequese que Nóbrega iria desenvolver. Isso porque “as relações sociais parecem se moldar por esta, produzindo valores, modelos de comportamento, modelos de instituições, organização social” (PAIVA, 2012, p. 23).

Leite (vol I, 1956, p. 8) diz claramente que o objetivo principal da missão de Nóbrega e dos jesuítas, no Brasil, era conversão dos gentios, em um primeiro plano, mas, simultaneamente, o de atender os portugueses e criar um mundo novo. Lembrando que a primeira armada levou consigo mais de mil homens, “e Nóbrega, sem perder um instante, logo apresentou, na nova terra, a religião do Crucificado”.

Lacouture (1993, p. 116) explica que a Companhia “não está vocacionada” para o ensino; ela “é missionária”. Em muito pouco tempo, porém, “aparecerá nos seus estatutos a clausura relativa à instrução das crianças”. Pontos significativos surgiram e possibilitaram educar crianças.

Em março de 1549, chegaram ao Brasil a armada do Governo-Geral e “o padre Manuel da Nóbrega”, superior da nova missão, acompanhado dos padres “Leonardo Nunes, Juan de Azpilceuta Navarro, António Pires e os irmãos “Vicente Rodrigues e Diogo Jácome” (LEITE, Tomo I, 1938, p. 17-18).

Na mesma armada que trouxe Manuel da Nóbrega, veio Tomé de Souza. Com o apoio do novo “governador” da Colônia portuguesa, os jesuítas conseguiram centralizar a educação nos grandes centros da Colônia (CABRAL, 1925, p. 266). Eles se



consagraram como mestres no governo de Tomé de Sousa. Governador “convidado por Nóbrega a auxiliar o Colégio dos Meninos de Jesus, tomou-o efetivamente sob a sua proteção e iniciou-se um período de grande atividade” (LEITE, Tomo I, 1938, p. 36).

Tomé de Sousa é descrito por Pitta (1958, p. 115) como o governador que “continuou as conquistas e favoreceu as missões, crescendo umas e outras asseguradas nas vitórias que alcançou de muitos gentios, uns incultos, e outros, depois de sujeitos, rebeldes”.

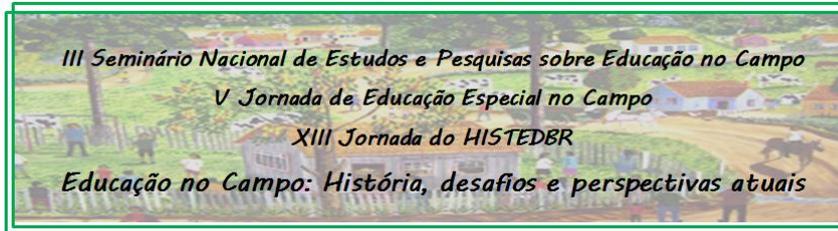
Nóbrega, com o tempo, aproveita a iniciativa de Tomé de Sousa e consegue, aos poucos, configurar a educação, que era, exclusivamente, para filhos de portugueses na colônia, para as crianças órfãs trazidas de Portugal, mamelucos e índios – transformando a educação de muitos para poucos opulentos.

Os filhos dos senhores de engenho começam ser beneficiados, e as escolas, no centro da Colônia, conseguem realizar o projeto pedagógico que perspectivava uma aproximação com a cultura luso-europeia, favorecendo as famílias abastardas. Os jesuítas estavam transformando a sociedade a sua maneira, ao oferecer padrões educativos que visavam a tornar hegemônicas a presença e a atuação deles na Colônia. A ação pedagógica, no período colonial, esteve sob a tutela dos jesuítas por duzentos e dez anos. (BITTAR e FERREIRA JUNIOR, 2006).

Fossem franciscanos, carmelitas, capuchos, clérigos, todas as Ordens católicas que se esgueiravam por essas terras, buscavam catequizar os índios, salvar vidas, pregar o evangelho, mas, enfim, são os jesuítas que promovem a ação no âmbito da educação. Eles investem no projeto educativo e conquistam a simpatia do Governo-Geral, assim como, sua autonomia em nome da Coroa Portuguesa estabelecendo sua pedagogia na Colônia.

Lembrando Bittar e Ferreira Junior (2006, p. 2):

A esse processo damos o nome de hegemonia, tal como escreveu Gramsci, para quem, um grupo social, ao tornar os seus valores aceitos e incorporados pelos demais, torna-se também dirigente, mesmo quando minoritário – como foi o caso dos jesuítas. Obviamente, trata-se de um processo eminentemente cultural, mas com claras vinculações políticas, pois, no caso dos jesuítas, eles forneceram as bases ideológicas necessárias para a dominação política dos colonizadores em decorrência do padroado, isto é, não havia separação entre o Estado e a Igreja Católica em Portugal. Tal preponderância foi assinalada tanto pelos seus defensores,



especialmente Serafim Leite, quanto por autores mais recentes, como por exemplo, Villalta ...

Os jesuítas fundam o Colégio da Bahia criando o “*Terreiro de Jesus*”, ponto central da cidade de Salvador, “local nobre e fundamental da Colônia” (LEITE, Tomo I, 1938, p. 20-21). Sobre isso, assim discorre Cabral (1925, p. 197):

Aqui, nesta Bahia onde estou escrevendo, e donde desapareceram há muito esse pomares exóticos de verdadeira terra de promessa, hem ao nosso lado, no actual coração da Cidade, nesse Terreiro de JESUS, onde a Igreja da Companhia e o Collégio dos JESUITAS são hoje a Basílica Metropolitana e a Faculdade de Medicina.

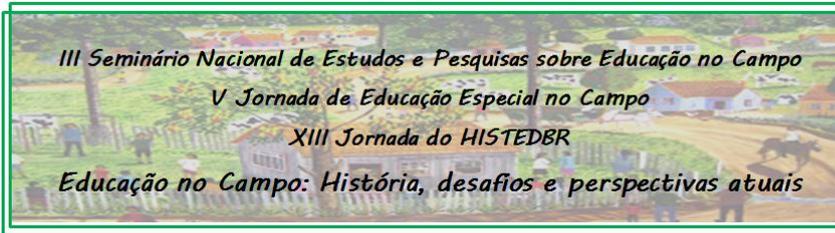
A catequese, obra do padre Nóbrega, representa uma conquista espiritual do Estado português nas terras brasílicas. Muitos diplomatas portugueses e o próprio governador Tomé de Sousa tinham como princípio motor a religiosidade, objetivando a conversão dos gentios. Nóbrega, destacando a intenção do Rei de Portugal, ressalva, segundo Leite (Tomo II, 1938, p. 4):

por seu lado, ordenaram sempre os Padres a sua atividade à roda desta principal obrigação; e sabiam-na invocar, quando os queriam arrastar para o campo das conveniências fáceis: “Mui mal olham (os colonos) que a intenção do nosso Rei santo (D. João III), que está em glória, não foi povoar, tanto por esperar da terra oiro nem prata que não tem (é Nóbrega que escreve a Tomé de Sousa, 1559), nem tanto pelo interesse de povoar e fazer engenhos, nem por ter onde agasalhar os Portugueses que lá em Portugal sobejam e não cabem, quando por exaltação da Fé Católica e salvação da alma”.

Essa visão romântica do padre Nóbrega não condizia com a realidade mostrada pelo reino português. Diogo de Gouveia, em carta para D. João III, deixa claro que já havia negociações com a França que se mostrava interessada em colonizar o Brasil antes de Portugal (GOUVEIA, 1956)¹².

Os Portugueses limitaram-se a explorar, primeiramente o litoral, fazendo da costa brasileira um ponto de constante embarque e desembarque de pessoas que se aventuravam nessas terras. É oportuno lembrar também que tudo que era encontrado aqui, como o algodão nativo, as sementes, os animais eram estranhos ao mundo

¹² “Carta do Dr. Diogo Gouveia a D. João III Rei de Portugal, Paris 17 de fevereiro [Paris, 17 de Fevereiro de 1538]”, § 40-45.



português, as plantas, as frutas, o pau-brasil..., tudo isso era levado para Portugal e os índios sujeitos ao trabalho escravo¹³.

No início, de forma criminosa, o pau-brasil foi extraído, o cominho, a pimenta, entre outros produtos. O português apenas explorava, de forma desenfreada, a terra brasileira. Segundo Prado Júnior (2004, p. 24), os portugueses iniciaram, de “forma rápida”, a exploração dessas terras. O autor citado defende que o sistema colonial funciona de acordo com o capitalismo, isso tem por finalidade a exploração. Nisso, se pode ver a reflexão que ele faz sobre a fala de Américo Vespúcio,

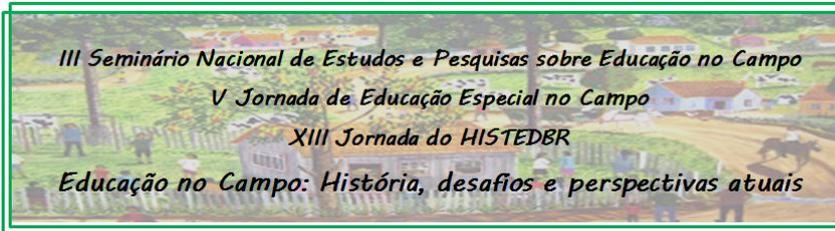
que viajou como piloto alternadamente com espanhóis e portugueses, e que nos deu com sua carta a primeira descrição do novo mundo, escreverá a respeito: “Pode-se dizer que não encontramos nada de proveito”. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 26)

Percebe-se o desdém na fala de Américo Vespúcio. Ele procedeu dessa maneira, mentindo, para não demonstrar o interesse dos portugueses por essas terras colonizadas. Isso era necessário para não alarmar a Europa e despertar a cobiça pelas riquezas que havia nas terras brasileiras. Estavam em jogo os interesses da Coroa. Para os lusitanos, começam a surgir possibilidades de exploração; e, para manter as terras descobertas, eles deveriam trazer pessoas para morar neste novo mundo português.

O desejo de El-Rei é transformar esse mundo colonizado em um mundo português. Para isso, a religião, a pedagogia jesuítica, o Cristo da Companhia surge como motor gerador. A regularidade e a harmonia dos negócios no Brasil dependiam do equilíbrio proporcionado pela religião. Para que isso ocorresse, são os jesuítas os preferidos do Rei.

D. João III resolveu a dar melhor regularidade aos negócios do Brasil, não podia esquecer-se dos interesses da religião muito mais em um tempo que tanto se esforçava pelo seu progresso e seis jesuítas dos quais era superior o Padre Manuel da Nóbrega, acompanharão ao governador Tomé de Sousa em qualidade de missionários, revestidos de grandes privilégios e graças apostólicas, cedidas pelo pontífice Romano, que mais concorresse a atrair os indígenas ao catolicismo. (SILVA, 1917, p. 3).

¹³ Para entender a situação escrava, aconselha-se a leitura de Pinsky (2001) a obra intitulada *A Escravidão no Brasil*. Ele escreve que, antes da escravidão chegar ao Brasil, já nos seus primeiros séculos, há registros de utilização do trabalho do indígena. Interessados nos produtos tropicais – principalmente no pau-brasil.



Segundo Calmon (vol II, 1959, p. 324) as terras brasileiras “apresentavam um caráter inóspito” e estabelecer um projeto catequético era um desafio. O autor estabelece uma linha de pesquisa por meio de uma análise cultural. Ele chega à conclusão de que Nóbrega, ao chegar à Bahia, admite “ser a terra grande e vasta”. Por causa disso, muitos “contrabandistas rondavam essas terras”; entre eles, os franceses, que não distinguiam a costa brasileira (não distinguiam os *petiguares* do cabo Frio de um Pernambuco, nem os índios da costa do Rio de Janeiro, da Bahia de Todos os Santos e em Salvador). Porém, Nóbrega (1956, p. 109-110) apresentava um espírito otimista ao aportar no Brasil:

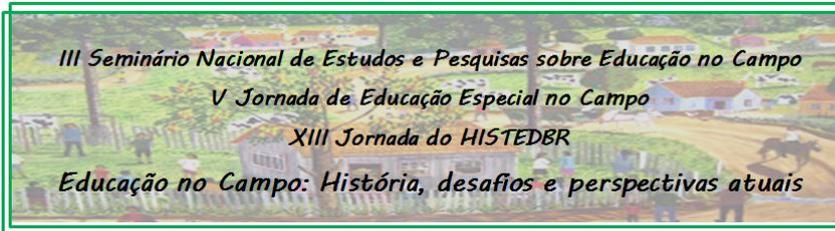
Chegamos a esta Bahia a 29 dias do mês de Março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era. Receberam-nos com grande alegria; e achamos uma maneira de Igreja, junto da qual nos aposentamos os padre e irmãos em umas casas a par dela, que não foi pouca consolação para nós, para dizermos missa e confessarmos¹⁴.

O projeto catequético dos jesuítas desejava uma unidade que possibilitasse compreender aquele momento, com uma forma de administrar e um modelo social semelhantes àquilo que existia em Portugal, algo que levasse os homens e gentios a temerem a Deus e o El-Rei. Assim El-Rei poderia explorar sem ser questionado.

Nesse contexto é que surge a figura de D. João III; ele entendia que o campo administrativo, representado por Tomé de Sousa, precisava de um peso que introduzisse e equilibrasse o modelo português, um acultramento deste mundo. O momento oportuno achava-se na postura dos jesuítas militando nessa empreitada. Segundo Bittar e Ferreira Junior (2000, p. 453), esse conceito “exprime o predomínio da cultura ocidental cristã nas terras do novo mundo”.

Esse exercício foi iniciado pelo processo evangelizatório dos jesuítas. A intenção era substituir a cultura gentílica (indígena) pela cultura cristã. Não é enganoso dizer que Leite (Tomo II, 1938, p. 4) ao destacar que “El-Rei” e não outro, “chamou os jesuítas e confiou-lhes a missão de conquistar”, espiritualmente, os gentios e o Novo Mundo, acerta com folga. A cada passo dos jesuítas nas terras colonizadas por Portugal, se repetia o processo evangelizador e pedagógico. O Governo-Geral e o regimento dos

¹⁴ “Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues [10 ? Abril]”, Lisboa, § 10-15.



governantes apoiavam os jesuítas que representavam os desejos do Rei: conversão dos gentios, aproximação do novo mundo com o modelo português, educação do novo homem e daqueles (portugueses) que se afastaram do propósito cristão.

CONCLUSÃO

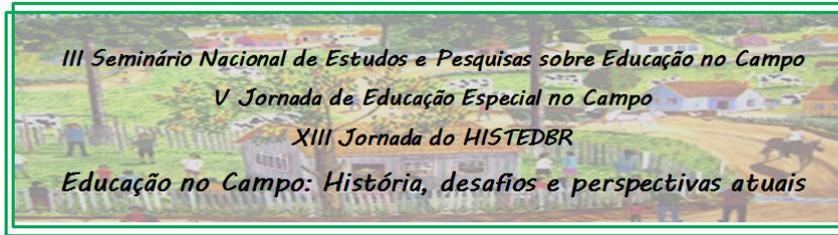
A realidade colonial só pode ser harmonizada na proposta religiosa que se mostrou eficaz para estabelecimento de uma ideologia que favorecesse o Rei de Portugal. O processo pedagógico que acompanha a evangelização proposta pelos jesuítas formou um Deus que ocupava o lugar central, juntamente com o Rei, o governador, a nobreza, os juízes, os oficiais e outros em uma sintonia marcante que perspectivava o reino cristão.

A relação que existia entre Igreja/Estado era justificado pela ação do conjunto de relações que se estabeleciam na colônia. Sendo a economia que era gerada pela exploração das terras, pela forma como os valores era apresentado ou com o fator religioso propagado, não apenas pelos jesuítas, mas por outras ordens.

A história da educação não pode negar que os jesuítas, ainda que de maneira intencional, cria uma pedagogia cujo conjunto de valores favorecia a demanda proposta pelo colonizador. A catequese oferecida por Nóbrega e seus companheiros mostra-nos uma ação cujo intento é a organização social da colônia diante do modelo proposto por Portugal.

O objetivo principal da missão jesuíta no Brasil era, primeiramente, conversão dos gentios e atender os portugueses na formação de um novo mundo. A força bélica era importante para proteger internamente os portugueses dos gentios inóspitos, proteger as fronteiras da colônia contra corsários e navios de outras nações que aportavam todos os dias para explorar.

Porém, a religião jesuítica foi um fator de contenção interna porque centralizou a educação nos grandes centros da colônia. Nóbrega aproveita a iniciativa de Tomé de Sousa em favorecer os jesuítas e forma uma *práxis* que configurar a educação. Educação que era para filhos de portugueses, para as crianças órfãs trazidas de Portugal, mamelucos e índios é transformada numa educação de poucos opulentos. Educação esta



que, num primeiro momento, foi oferecida aos gentios e agora passa as famílias abastardas dos centros coloniais.

Os filhos abastados são beneficiados e as escolas começam a se configurar nos grandes centros coloniais. Perspectivando a pedagógica jesuítica e transformando a sociedade a sua maneira, formando uma hegemonia por via da atuação pedagógica na colônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTINI, Rita Filomena Andrade Januário. “A Companhia de Jesus, das Origens ao Ocaso: Uma proposta de análise historiográfica”. In_: **Revista HISTEDBR On-line**, n.22. Campinas: Unicamp, junho, 2006 p. 13 - 25. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22/art02_22.pdf. Acessado dia 20 de Março de 2013.

BITTAR, Marisa e FERREIRA JUNIOR, Amarílio. “Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16”. In_: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: Est. Pedag, v. 81, n. 199, setembro-dezembro de 2000, p. 452- 463.

_____. “O Estado da Arte em História da Educação Colonial”. In_: (Org.) LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demerval e NASCIMNETO, Isabel Moura. **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_079.html. Acesso no dia 20 de marco de 2008.

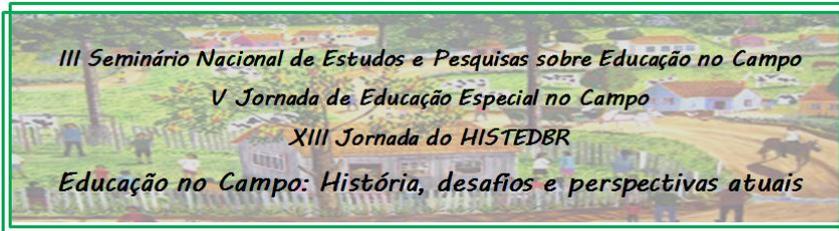
BÍBLIA SAGRADA. Edições Pastoral. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990.

CABRAL, Luis Gonzaga. **Jesuítas no Brasil no Século XVI**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**, vol I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

_____. **História do Brasil**, vol II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

D. JOÃO III. “*CARTA DE D. JOÃO III REI DE PORTUGAL A D. PEDRO MASCARENHAS, ROMA* [Lisboa, 4 de Agosto de 1539]”. In_: (org) LEITE, Serafim. **Cartas do primeiro Jesuítas no Brasil (1538 – 1553)**, vol I. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1956, p. 101 - 104.



CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FABRO, Pedro. “*CARTA DO P. PEDRO FABRO E COMPANHEIROS AO DR. DIOGO GOUVEIA, PARIS [Roma, 23 de novembro de 1538]*”. In_: (org) LEITE, Serafim. **Cartas do primeiro Jesuítas no Brasil (1538 – 1553)**, vol I. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1956, p. 98 – 101.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. “Os jesuítas na pesquisa educacional”. In_: (Org) _____. **Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília: Em Aberto, v. 21, n. 78, 2007, p. 13-32, dezembro. Disponível: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1240/1108>. Consultado dia 13 de setembro de 2012.

GOUVEIA, Diogo. “*CARTA DO DR. DIOGO GOUVEIA A D. JOÃO III REI DE PORTUGAL, PARIS 17 DE FEVEREIRO [Paris, 17 de fevereiro de 1538]*”. In_: (org) LEITE, Serafim. **Cartas do primeiro Jesuítas no Brasil (1538 – 1553)**, vol I. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1956, p. 87 - 97.

LACOUTERE, Jean. **Os Jesuítas/A conquista**, vol I. Lisboa: Referência/Editora Estampa, 1993.

LEITE, Serafim. “Introdução Geral, vol I”. In_: _____. **Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil**, vol I. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1956.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Tomo I. Lisboa: Portugália/Civilização Brasileira, 1938.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Tomo II. Lisboa: Portugália/Civilização Brasileira, 1938.

_____. **Breve Itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega**: Fundador da província do Brasil e da Grande cidade de São Paulo (1517 – 1570). Lisboa-Rio de Janeiro: Brotéria/Livros de Portugal, 1955.

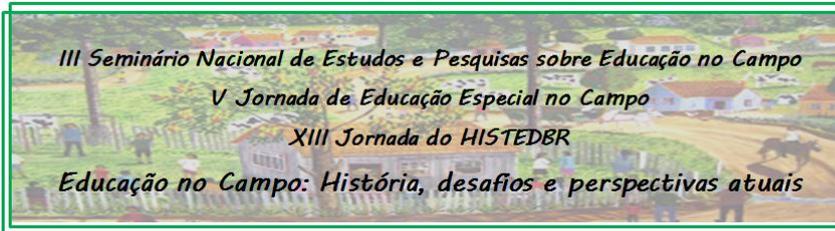
NÓBREGA, Manuel da. “*CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES LISBOA [10? Abril]*”. In_: (org) LEITE, Serafim. **Cartas do primeiro Jesuítas no Brasil (1538 – 1553)**, vol I. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1956, p. 108 - 115.

PAIVA, José Maria de. **Religiosidade e Cultura Brasileira/Séculos XVI – XVII**. Maringá: EduEM, 2012.

PITTA, Rocha, **História da América Portuguesa**. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc, 1958.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

15



PRADO, J. F. de Almeida. **Primeiros Povoadores do Brasil de 1500 - 1530**. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1935.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil/As razões da escravidão. Sexualidade e vida cotidiana. As formas de resistência**. São Paulo: História Contexto, 2001.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. “Franciscanos na Educação Brasileira”. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** – vol. I – Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 93 – 107.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **ANNAES DO ARCHIVO PUBLICO DA BAHIA/Memórias e Políticas da província da Bahia**, vol. V. (Org.) SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1917.

VASCONCELOS, Simão de. **Crônicas da Companhia de Jesus/Introdução de Serafim Leite**, vol I. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.